artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que, a Assembleia Municipal em 29 de novembro de 2013, sob proposta da Câmara Municipal de 1 de agosto de 2013, aprovou os seguintes Regulamentos:

Regulamento Municipal do Exercício das Atividades Diversas do Município de Mesão Frio;

Regulamento de Publicidade do Município de Mesão Frio;

Regulamento Municipal de Ocupação de Espaço Público do Município de Mesão Frio;

Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Município de Mesão Frio.

Os referidos regulamentos foram sujeitos a inquérito público, nos termos do disposto nos artigos 117.º e 118.º do Código de Procedimento Administrativo, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 29/05/2013 e encontra-se agora disponível, na sua versão final, no sítio da internet da Câmara Municipal (www.cm-mesaoofrio.pt), onde poderá ser consultado e descarregado.

5 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, *Dr. Alberto Monteiro Pereira*.

307596492

MUNICÍPIO DE MONCHIQUE

Aviso (extrato) n.º 2691/2014

Procedimento concursal comum para preenchimento de vinte e um postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (01/2013), aberto pelo aviso n.º 5710/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 83, de 30 de abril de 2013 (referência G).

Lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que foram afixadas as listas unitárias de ordenação final, homologadas, relativas ao procedimento concursal em epígrafe e à referência G (assistente operacional, 2 postos de trabalho na área funcional de cantoneiro).

A lista, homologada em 7 de fevereiro de 2014, por despacho da Vereadora do pelouro de Recursos Humanos, no uso de competência que lhe foi delegada, foi objeto de notificação aos candidatos, através de ofício registado, encontrando-se afixada em local visível e público, nos Paços do Concelho e disponibilizada na página eletrónica (www.cm-monchique.pt), tudo nos termos do n.º 4 a n.º 6 do artigo 36.º da referida Portaria.

Do despacho de homologação exercido sobre a referida lista pode ser interposto recurso hierárquico nos termos do artigo 39.º da mesma Portaria.

7 de fevereiro de 2014. — Por delegação de competências, a Vereadora do pelouro de Recursos Humanos, *Arminda de Lurdes Andrez*.

307606227

MUNICÍPIO DE ODIVELAS

Aviso n.º 2692/2014

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho datado de 29 de outubro de 2013, autorizei, a renovação do estatuto de Bolseiro, pelo período de mais 1 ano, ao Técnico Superior, João Ricardo Marques Conde da Silva, do Mapa de Pessoal desta Câmara Municipal, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com dispensa total de funções e sem remuneração a partir do dia 1 de janeiro de 2014.

31 de outubro de 2013. — A Presidente da Câmara Municipal, *Susana de Carvalho Amador*.

307585208

MUNICÍPIO DE PENAFIEL

Aviso (extrato) n.º 2693/2014

Nos termos do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, por motivo de aposentação, cessa a relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado com António José Mota Cardoso Silva, técnico superior, posição entre 9 e 10 e nível remuneratório entre 42 e 45 (2643,28€), e com António Carlos Silva

Moreira, assistente operacional, posição e nível remuneratório entre 1 e 2 (534,27€), a partir de 1 de fevereiro de 2014;

28 de janeiro de 2014. — O Vereador dos Recursos Humanos, *Dr. Rodrigo Santos Lopes*.

307578656

Edital n.º 147/2014

Antonino Aurélio Vieira de Sousa, presidente da Câmara Municipal de Penafiel:

Torna público, ao abrigo da competência que lhe confere a alínea *t*) do n.º 1 do artigo 35.º e artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, que a Câmara Municipal, na sua reunião ordinária pública de 6 de fevereiro de 2014, deliberou aprovar o projeto de Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais e respetiva tabela de taxas e licenças municipais e submeter o mesmo à apreciação pública, pelo prazo de 30 dias, a contar da data de publicação no *Diário da República*.

O documento poderá ser consultado — no *síte* da Câmara Municipal (www.cm-penafiel.pt), bem como nos locais e publicações de estilo.

Os interessados deverão endereçar por escrito as suas sugestões ao presidente da Câmara Municipal, dentro do prazo de 30 dias úteis contados do dia seguinte ao da publicação do presente edital no *Diário da República*.

Para constar e surtir os devidos efeitos se publica o presente Regulamento, que vai ser publicado no *Diário da República*, afixado nos lugares de estilo, no *Boletim Municipal* e em jornal regional editado na área do respetivo município.

7 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, *Antonino de Sousa*, *Dr.*

307602582

MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA

Aviso (extrato) n.º 2694/2014

Em cumprimento do disposto no n.º 11, do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, aplicável por força do disposto no artigo 2.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto e alínea *c*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12 -A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que por meu Despacho, datado de 18 de novembro de 2013, e por proposta dos Júris dos procedimentos concursais, foram designados para exercer em comissão de serviço os cargos de direção intermédia de 1.º grau e 2.º grau:

Chefe Divisão de Gestão Administrativa, direção intermédia 2.º grau, João Nuno Borba Vieira de Almeida e Sousa, por possuir a competência e o perfil exigido, vasta e comprovada aptidão e experiência profissional.

Nota Curricular

Dados pessoais

João Nuno Borba Vieira de Almeida e Sousa

Habilitação académica:

Pós-graduação em Direito Regional da Universidade dos Açores e Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1998

Licenciatura em Direito pela Faculdade da Universidade de Coimbra em 1995, com a classificação de 12 valores.

Experiência profissional:

Técnico Superior de 2.ª classe na Câmara Municipal de Ponta Delgada em 1998;

Chefe de Divisão Administrativa em regime de substituição por conveniência de serviço em 2003;

Diretor do Departamento de Gestão Administrativa em 2011;

Diretor de Departamento de polícia Municipal, direção intermédia de 1.º grau, Pedro Miguel Neto Ferreira de Almeida, por possuir a competência e o perfil exigido, vasta e comprovada aptidão e experiência profissional.

Nota Curricular

Dados pessoais

Pedro Miguel Neto Ferreira de Almeida

Habilitação académica

Licenciatura em Ciências Policiais pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna em 2001, com a classificação de 13 valores

Experiência Profissional:

Comandante da Polícia Municipal de Ponta Delgada, em regime de substituição em 2013.

29 de novembro de 2013. — O Presidente da Câmara, *Dr. José Manuel Cabral Dias Bolieiro*.

307587947

Aviso (extrato) n.º 2695/2014

Consolidação de mobilidade

Faz-se público que, por meu despacho datado de 30 de dezembro de 2013, nos termos do n.º 2 do artigo 64.º da lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com a redação dada pelo artigo 35.º da lei n.º 64-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o orçamento de Estado para o ano de 2013, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria do trabalhador Vicente Correia Alves, posicionado na posição remuneratória entre 4 e 5 e nível remuneratório entre 23 e 27 da tabela remuneratória única, passando a ocupar um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, no mapa de pessoal da Câmara Municipal de Ponta Delgada, com efeitos a 30 de dezembro de 2013.

30 de dezembro de 2013. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Cabral Dias Bolieiro*.

307588862

MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO

Aviso n.º 2696/2014

Licença sem remuneração

Manuel José Torcato Soares Baptista, Presidente da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso, torna público que, foi concedida a licença sem remuneração nos termos dos artigos 234.º e 235.º da lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, ao trabalhador Jorge Machado Alves, integrado na carreira de assistente operacional, com início a 2 de setembro de 2013 e termo a 25 de agosto de 2014.

11 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal, *Manuel José Torcato Soares Baptista*.

307611824

MUNICÍPIO DE PROENÇA-A-NOVA

Aviso n.º 2697/2014

Procedimentos concursais comuns para recrutamento de trabalhadores na modalidade jurídica de emprego público por tempo indeterminado

1 — Para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR), alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 2 de setembro, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro, 66-B/2012, de 31 de dezembro, 66/2012, de 31 de dezembro, 80/2013, de 28 de novembro e Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, conjugado com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que por meu despacho datado de 30 de janeiro de 2014, no uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por deliberação favorável tomada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada a 02 de dezembro de 2013 e na sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada a 20 de dezembro de 2013, tomada para cumprimento do disposto do n.º 2 do artigo 66.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, bem como deliberação favorável tomada na reunião de Câmara de 16 de dezembro de 2013, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 9.º conjugado com o n.º 1 do artigo 4.º, ambos do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de dezembro, na redação conferida pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013, de 28 de novembro, se encontra aberto, pelo prazo de dez dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, nos termos do artigo 26.º da citada Portaria, procedimentos concursais comuns para o recrutamento de trabalhadores na modalidade jurídica de emprego público por tempo indeterminado

para preenchimento dos seguintes postos de trabalho, previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal desta Câmara:

Referência A) Um posto de trabalho na categoria/carreira de Técnico Superior (Divisão de Obras, Planeamento Urbanístico, Serviços e Equipamentos Urbanos e Ambiente/Setor de Obras Particulares, Planeamento e Urbanismo);

Referência B) Um posto de trabalho na categoria/carreira de Técnico Superior (Divisão Administrativa e Financeira/Setor Administrativo e Jurídico);

2 — Para efeitos do disposto no artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06/04, declara-se não estarem constituídas reservas de recrutamento no próprio organismo e, consultada a Entidade Centralizada para Constituição de Reservas de Recrutamento (ECCRC), em que a atribuição é conferida ao INA, pela alínea c) do artigo 2.º do mesmo Decreto-Lei n.º 48/2012, de 29/02 foi informado pela mesma que “Não tendo, ainda, decorrido qualquer procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, declara-se a inexistência, em reserva de recrutamento, de qualquer candidato com perfil adequado”.

3 — O presente procedimento rege-se pelas disposições constantes da LVCR, Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, do Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho, da Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, e da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

4 — Âmbito de recrutamento:

Referência A):

Para cumprimento do estabelecido no artigo 49.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro e do n.º 4, do artigo 6.º da LVCR, o recrutamento inicia-se de entre trabalhadores colocados em situação de mobilidade especial (SME), seguindo-se os trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado.

Tendo em conta o n.º 6 do artigo 6.º da LVCR, considerando os princípios de racionalização, gestão e eficiência que devem presidir à atividade municipal, no caso de impossibilidade de ocupação de todos ou alguns postos de trabalho por aplicação do disposto no parágrafo anterior, se proceda ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego por tempo determinado ou determinável, conforme o meu despacho de 30/12/2013 e atendendo ao previsto na alínea g) do n.º 3 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

Referência B)

Destina-se exclusivamente a candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º da LVCR.

5 — Os postos de trabalho a concurso caracterizam-se pelo exercício de funções na carreira de Técnico Superior, de acordo com a descrição do conteúdo funcional conforme Anexo à LVCR, por remissão do n.º 2 do artigo 49.º do mesmo diploma, na seguinte área de atividade:

Referência A) Um posto de Trabalho para exercer funções na Divisão de Obras, Planeamento Urbanístico, Serviços e Equipamentos Urbanos e Ambiente/Setor de Obras Particulares, Planeamento e Urbanismo, na área de atividade de Topografia, nomeadamente: Na conceção, preparação, orientação e execução de levantamentos topográficos, bem como a utilização de sistemas de Informação geográfica (SIG).

Referência B) Um posto de trabalho para exercer funções na Divisão Administrativa e Financeira/Setor Jurídico e Administrativo, na área de atividade de direito, nomeadamente: Na realização de estudos e outros trabalhos de natureza jurídica conducentes à definição e concretização das políticas do município; Elaboração de pareceres e informações sobre a interpretação e aplicação da legislação, bem como normas e regulamentos; Recolha, tratamento e difusão de legislação, jurisprudência, doutrina e outra informação de natureza jurídica; Pode ser incumbido de coordenar e superintender na atividade de outros profissionais e, bem assim, de acompanhar processos judiciais e outros.

6 — Local de trabalho: Na área do Município de Proença-a-Nova.

7 — Requisitos de admissão:

8 — Os previstos no artigo 8.º da LVCR, a saber:

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos excetuados pela Constituição, lei especial ou convenção internacional;
- Ter 18 anos de idade completos;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar;